



Sociedade de São Vicente de Paulo

### SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO

FUNDADA EM 1833 POR ANTONIO FREDERICO OZANAM

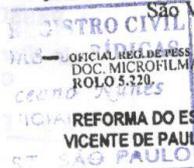
Assistência Vicentina do Senhor Bom Jesus

CNPJ : 52.316.544/0001-60

RUA SINHARINHA FROTA, 30 - JARDIM PEREIRA

CEP 15990-838 - MATÃO - SP

FONE (16) 3382-2444



OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

REFORMA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSISTENCIA VICENTINA DO SENHOR BOM JESUS, OBRA UNIDA DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP), NA CIDADE DE MATÃO - SP, VINCULADA AO CONSELHO CENTRAL DE ARARAQUARA - DA SSVP NO BRASIL.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

#### PREÂMBULO.

A Assistência Vicentina do Senhor Bom Jesus, fundada em 23/05/1934 pela Sociedade de São Vicente de Paulo, Conferência do Senhor Bom Jesus de Matão, Obra Unida da SSVP, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 116 pagina 32 de 30/05/1934, e registrada no 1º cartório de registro de imóveis e anexos da comarca de Araraquara SP, sob nº 13 livro A n.1 folha 34 em 16/06/1934, e com última alteração estatutária pela Assembléia Geral realizada em 01/09/2007, registrada no oficial de registro de títulos e documentos civil de pessoa jurídica da comarca de Matão SP em 08/11/2007 microfilme, 17288 rolo 4157 recepção 14483, com sede e foro nesta cidade de Matão - SP, na Avenida Sinharinha Frota, nº 30 Jardim Pereira, inscrito no CNPJ Nº 52.316.544/0001-60, promove a alteração de seus atos constitutivos, por decisão de seus Associados, regendo-se doravante pelo presente Estatuto Social, pela legislação aplicável, pelo Regimento Interno e pelo Regulamento da Sociedade de São Vicente de Paulo no Brasil passando a vigorar, doravante, nos seguintes termos:

#### CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.

Artigo 1º. A Assistência Vicentina do Senhor Bom Jesus, Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) na cidade de Matão - SP, doravante denominado simplesmente como Obra Unida, é uma associação civil de direito privado, filantrópica, beneficente, sem fins lucrativos, caritativa e de assistência social, de duração por tempo indeterminado, com personalidade jurídica própria.

Artigo 2º. A Obra Unida por sua origem, natureza e formação no seio da SSVP no Brasil, está vinculada estatutariamente ao Conselho Central de Araraquara e ao Conselho Metropolitano de São Carlos, na forma do Regulamento da SSVP no Brasil.

Parágrafo único: Caberá, também, aos Conselhos Particulares e às Conferências da SSVP no Brasil da localidade onde está situada prestar-lhe auxílio no desempenho de suas atividades, sempre que solicitados.

Artigo 3º. A Obra Unida tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente:

- I. Manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental preservadas, em regime de longa permanência, na unidade prestadora de serviços "Lar São Vicente de Paulo"
- II. Manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas sem moradia fixa de ambos os sexos em condições de saúde física e mental preservadas, em regime de albergue, na unidade prestadora de serviços "Albergue Noturno São José".
- III. Proporcionar assistência material, moral, intelectual, social e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental de seus internos e usuários.
- IV. Ser administradora dos bens patrimoniais da Sociedade de São Vicente de Paulo em Matão - SP., gerindo-os em favor dos objetivos das Conferências Vicentinas, dos Conselhos Vicentinos e das Unidades prestadoras de serviços Vicentinos.
- V. Ser juridicamente sucessora e mantenedora das Obras Unidas em extinção da Sociedade de São Vicente de Paulo: "Lar São Vicente de Paulo" inscrita no CNPJ sob nº54.169.826/0001-08.e do "Albergue Noturno São José" inscrito no CNPJ sob nº.52.316.460/0001-27

Parágrafo único: A Obra Unida prestará assistência gratuita aos reconhecidamente pobres, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV 2017

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

Artigo 4º. No desenvolvimento de suas atividades a Obra Unida observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, e não se fará distinção alguma quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso e quaisquer outras formas de discriminação.

Artigo 5º. A Obra Unida terá um Regimento Interno, elaborado pela Diretoria e homologado pelo Conselho Metropolitano de São Carlos, que disciplinará o seu funcionamento, critérios e normas a serem observados, inclusive quanto à aplicação do Regulamento da SSVp no Brasil e outros assuntos de seu interesse.

## CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO E DOS ASSOCIADOS.

Artigo 6º. A Obra Unida é organizada e constituída por um número limitado de Associados, denominados vicentinos, confrades e consócios que ingressaram voluntariamente na SSVp no Brasil, através de uma de suas Conferências e que estejam na condição de:

- I. Membros da diretoria da Obra Unida, com direito a voto;
- II. Membros da diretoria do Conselho Central a que está vinculada, com direito a voto; e
- III. Presidentes dos Conselhos Particulares vinculados ao Conselho Central respectivo.

§ 1º. A Obra Unida se regerá pelo presente Estatuto Social, pela legislação brasileira aplicável, pelo Regimento Interno e, subsidiariamente, pelo Regulamento da SSVp no Brasil, registrado e arquivado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da cidade do Rio de Janeiro/RJ, pelas Instruções Normativas, Resoluções, Portarias, Comunicados, Circulares e demais dispositivos que regem a SSVp no Brasil, emanadas do Conselho Nacional do Brasil.

§ 2º. A hierarquia da SSVp no Brasil é estabelecida na seguinte ordem:

- I. Conselho Nacional do Brasil, órgão normativo cujo âmbito é nacional;
- II. Conselho Metropolitano, órgão representante do Conselho Nacional do Brasil, orientador e fiscalizador de âmbito regional;
- III. Conselho Central, órgão executivo com âmbito em áreas delimitadas;
- IV. Conselho Particular, órgão de união das Conferências com âmbito local;
- V. Conferências, grupos de vicentinos organizados em área de diferentes setores comunitários; e
- VI. Obras Unidas, Unidades Vicentinas destinadas a atender finalidades específicas complementares às atividades das Conferências.

§ 3º. O Conselho Nacional do Brasil da SSVp atua em todo território brasileiro e ocupa a hierarquia máxima; está, portanto, a serviço de todos os Conselhos Metropolitanos e, através destes, a serviço dos Conselhos Centrais, Conselhos Particulares, Conferências e Obras Unidas e Especiais.

Artigo 7º. São direitos dos Associados:

- I. Participar das Assembléias Gerais;
- II. Votar e ser votado para os cargos eletivos, atendendo os requisitos previstos neste Estatuto Social;
- III. Apresentar sugestões para a Diretoria, por escrito, para o aperfeiçoamento operacional da Obra Unida e apontar qualquer ação ou omissão que venha ferir as normas estatutárias e regimentais; e
- IV. A qualquer tempo, por requerimento, se desligar a título de demissão, considerando-se como renúncia às funções estabelecidas no Artigo 6º deste Estatuto Social.

§ 1º. O exercício dos direitos constantes do "caput" deste Artigo e o cumprimento dos deveres pelos Associados serão regidos por este Estatuto Social e pelo Regulamento da SSVp no Brasil.

§ 2º. Os Associados não adquirem direito algum sobre os bens e direitos da Obra Unida e da SSVp no Brasil, a qualquer título ou pretexto.

Artigo 8º. São deveres do Associado:

- I. Cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVp no Brasil;
- II. Acatar as decisões da Diretoria e as Resoluções das Assembléias;
- III. Zelar pelo decoro, bom nome e funcionamento da Obra Unida e da SSVp no Brasil; e

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEVEREIRO de 2018.

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

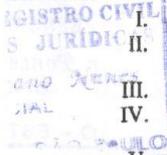
FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

- IV. Prestar, como voluntário, colaboração vicentina na Obra Unida, incumbindo-se dos cargos e ofícios que lhe forem atribuídos, sem direito a salários, indenizações, compensações, benefícios ou remunerações de qualquer espécie ou natureza.

Artigo 9º. Deixará de ser Associado:



- I. Por vontade própria, quem assim o desejar;  
II. Aquele que, comprovadamente, em função de sua conduta, tomar-se motivo de escândalo ou atentar contra os princípios estabelecidos no Regulamento da SSVp no Brasil;  
III. Quem transgredir o estabelecido no Artigo 8º e seus Incisos; e  
IV. Buscar fora do âmbito administrativo da SSVp a solução de litígio ou de disputa vicentina, sem antes recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil; e  
V. Quem, por qualquer motivo, deixar de exercer as funções descritas nos Incisos I, II e III do "caput" do Artigo 6º deste Estatuto Social.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187



Artigo 10. A exclusão do Associado se dará por meio de procedimento administrativo, por decisão da Diretoria e referendado em Assembleia Geral.

§ 1º. Objetivando facultar-lhe ampla defesa o Associado poderá, sucessivamente e na ordem indicada, no prazo de 15 (quinze) dias:

- I. Solicitar uma nova Assembleia Geral para apreciar seu recurso de reconsideração, por escrito e fundamentado;  
II. Caso mantida a decisão, recorrer ao Comitê de Reconciliação do Conselho Nacional do Brasil; e  
III. Sendo mantida, ainda, a decisão, recorrer ao Presidente do Conselho Geral da SSVp.

§ 2º. Igual procedimento será adotado na Obra Unida, por sua Diretoria, que desejar apresentar possíveis recursos da decisão da Assembleia Geral.

Artigo 11. Excluído da Obra Unida por qualquer que seja o motivo, ou dela retirando-se, o Associado não terá direito a qualquer indenização, compensação ou remuneração de qualquer espécie ou natureza pelos serviços prestados nesta condição de Associado, nos termos do Artigo 36 - Inciso II.

Artigo 12. Os Associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelos encargos e obrigações da Obra Unida.

Parágrafo único: Os Associados que são membros da diretoria respondem solidariamente à SSVp no Brasil e perante terceiros prejudicados, por culpa ou dolo no desempenho de suas funções.

### CAPÍTULO III - DO MODO DE CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO.

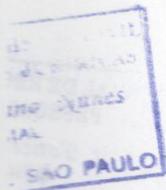
OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220

Artigo 13. A Obra Unida é constituída dos seguintes órgãos:

- I. Assembleia Geral, órgão deliberativo;  
II. Diretoria, órgão administrativo; e  
III. Conselho Fiscal, órgão fiscalizador.

Artigo 14. A Assembleia Geral é constituída dos Associados que fazem parte da Diretoria da Obra Unida com direito a voto, da Diretoria do Conselho Central e dos Presidentes dos Conselhos Particulares, e a ela compete:

- I. Eleger o administrador e o Conselho Fiscal, entendendo-se por administrador o Presidente;  
II. Aprovar a reforma do Estatuto Social, submetendo a decisão à manifestação oficial do Conselho Metropolitano de São Carlos;  
III. Destituir o Presidente ou membros da diretoria;  
IV. Destituir o Conselho Fiscal ou qualquer um de seus membros;  
V. Decidir, em grau de recurso, a exclusão de Associado;  
VI. Decidir sobre a extinção da Obra Unida, quando impossível a continuidade de suas atividades; e  
VII. Apreciar o Relatório da Diretoria e deliberar sobre o Relatório Anual de Atividades, o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, após parecer do Conselho Fiscal.



OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV de 2014

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

Artigo 15. A Assembléa Geral realizar-se-á anualmente, no primeiro trimestre, para os efeitos do Inciso VII do Artigo 14 deste Estatuto Social.

Artigo 16. A Assembléa Geral realizar-se-á extraordinariamente, quando convocada:

REGISTRO CIVIL  
JURÍDICO

no Nune  
AL

SÃO PAULO

- I. Pela Diretoria;
- II. Pelo Conselho Fiscal;
- III. Por requerimento de 1/5 (um quinto) dos Associados;
- IV. Pelo Conselho Central;
- V. Pelo Conselho Metropolitano de São Carlos; e/ou.
- VI. Pelo Conselho Nacional do Brasil da SSVF.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATAO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATAO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

Artigo 17. A convocação da Assembléa Geral será feita por meio de edital, contendo data, horário, local e pauta afixados na sede da Obra Unida, e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem:

- I. De regra geral, com antecedência de 8 (oito) dias; e
- II. Com antecedência de 30 (trinta) dias, no caso de convocação de eleições.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATAO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

§ 1º. Será instalada, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Associados, com direito a voto, ou em 30 (trinta) minutos após, com qualquer número destes.

§ 2º. Será presidida pelo Presidente da Diretoria e, em suas ausências ou impedimentos, pelos seus substitutos legais e, na falta destes, por Associado designado por seus integrantes.

§ 3º. Nos casos de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, ou qualquer de seus membros, bem como reforma estatutária, é exigido o voto concorde de 2/3 dos Associados presentes à Assembléa Geral convocada especialmente para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos Associados, ou com menos de 1/3 nas convocações seguintes.

§ 4º. Somente se deliberará sobre os assuntos específicos para as quais tenham sido convocadas.

§ 5º. As atas serão lavradas e aprovadas ao seu término e assinadas pelo Presidente da Assembléa Geral, pelo Secretário e por todos os Associados e visitantes presentes.

Artigo 18. A Obra Unida será administrada por uma Diretoria constituída pelo Presidente e, no mínimo, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Secretário e 1 (um) Tesoureiro.

§ 1º. O Presidente e Vice-Presidente deverão ser Associados (confrade ou consócia) com, no mínimo de 2 (dois) anos de atividade vicentina ininterrupta.

§ 2º. A Diretoria cumprirá mandato de 2 (dois) anos, salvo interrupção por qualquer motivo, sendo admitida apenas uma reeleição consecutiva do Presidente.

§ 3º. Havendo membros da diretoria que não sejam vicentinos (confrade e consócia), os mesmos não terão direito a voto nas Assembléas Gerais.

§ 4º. Importará em abandono do cargo a falta injustificada de membros da diretoria a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas ao longo do respectivo mandato.

§ 5º. O membro de diretoria que for afastado por ausência prolongada, renúncia ou exclusão não poderá ser eleito nem designado para a Diretoria do mandato subsequente.

§ 6º. O Presidente da Obra Unida e os demais membros da diretoria que forem Associados (confrade e consócia) não estão dispensados de suas obrigações junto às suas respectivas Conferências.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 FEV 2014 de \_\_\_\_\_

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

§ 7º. O Presidente eleito nomeará os demais membros de sua Diretoria, mas em número sempre inferior à soma dos membros da diretoria do Conselho Central ao qual está vinculado.

§ 8º. Os membros da diretoria são substituíveis em qualquer tempo, a critério do Presidente, e seus respectivos mandatos terminam com o do Presidente que os nomeou.

DE REGISTRO DE  
PESSOAS JURÍDICAS

Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL

EST. SÃO CARLOS

Artigo 19. Compete à Diretoria, dentre seus direitos e deveres:

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

- I. Elaborar o Programa Anual de Atividades e executá-lo, de forma a cumprir com os objetivos estatutários da Obra Unida.
- II. Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o Relatório Anual de Atividades e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, remetendo-os ao Conselho Central até o dia 31 (trinta e um) do mês de março de cada ano;
- III. Buscar junto à comunidade e instituições da sociedade civil os recursos necessários para sua subsistência;
- IV. Relacionar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar empresa ou profissional com habilitação legal junto ao Conselho Regional de Contabilidade, para assessoria, cumprimento das obrigações legais e execução dos serviços contábeis, departamento de pessoal e serviços correlatos, elaborados em livros revestidos de formalidades legais;
- VI. Exigir da empresa ou do profissional liberal referido no Inciso V os balancetes mensais e o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, no final de cada exercício civil até 31 de janeiro, devendo ser publicado até 31 de março, de acordo com as exigências legais;
- VII. Encaminhar antecipadamente para ciência do Conselho Central e aprovação do Conselho Metropolitano de São Carlos, as campanhas que objetivem angariar fundos financeiros;
- VIII. Obter autorização prévia e expressa do Conselho Metropolitano de São Carlos para celebrar convênios e contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas;
- IX. Apresentar até 15 (quinze) de fevereiro de cada ano, ao Conselho Fiscal, toda a documentação relativa ao ano civil anterior, a saber: o Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, juntamente com o Relatório das Atividades, acompanhados especialmente dos extratos bancários das contas de movimento e aplicações financeiras e, também, o Relatório do Inventário dos bens patrimoniais;
- X. Determinar a execução de construções e reformas de bens imóveis que não comprometam sua posição socioeconômica, com prévio conhecimento e autorização do Conselho Metropolitano de São Carlos;
- XI. Apresentar e decidir matérias relacionadas à sua administração, observando-se o presente Estatuto Social e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- XII. Solicitar ao Conselho Central o encaminhamento ao Conselho Metropolitano de São Carlos do pedido de autorização para aquisição (compra, doação, legado e outros), alienação ou constituição de ônus sobre seus bens imóveis, instruindo-o com a cópia da ata da Reunião da Diretoria, matrícula do imóvel e 3 (três) avaliações prévias de imobiliárias existentes na região;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- XIV. Elaborar e/ou alterar o Regimento Interno, encaminhando-o ao Conselho Metropolitano de São Carlos para homologação;
- XV. Zelar pelo patrimônio da Obra Unida e tomar providências quando do conhecimento de que algum patrimônio da Entidade esteja sendo mal utilizado;
- XVI. A exigência do Inciso VI também se aplicará quando o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido, com exceção da publicação; e
- XVII. Nos casos em que o término do mandato não coincidir com o do ano civil ou por qualquer motivo for interrompido a obrigação prevista no Inciso IX, deverá ser cumprida no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias do seu término.

Artigo 20. A Diretoria da Obra Unida reunir-se-á ordinariamente pelo menos uma vez por mês, em local, dia e hora determinados pelo Presidente e, extraordinariamente, quando se fizer necessário, com designação da matéria a ser tratada.

Artigo 21. A Diretoria da Obra Unida e seu Conselho Fiscal reconhecem e acatam o Regulamento da SSVP no Brasil, bem como as deliberações e determinações dos Conselhos Central, Metropolitano e Nacional do Brasil.

Artigo 22. São atribuições do Presidente:

- I. Representar a Obra Unida ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e as Assembléias Gerais;
- III. Dirigir e orientar as atividades da Obra Unida;
- IV. Emitir cheques e outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Tesoureiro;
- V. Admitir e demitir empregados, respeitando a legislação trabalhista e as convenções coletivas de cada categoria profissional;
- VI. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto Social, o Regimento Interno e o Regulamento da SSVP no Brasil;
- VII. Tomar as providências para atendimento do estabelecido no Artigo 19 - Inciso VIII;

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV de 2014

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizada

FRANCISCO OSNAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO



SEDESCAP2021017181DM

- VIII. Solucionar os casos omissos que lhe forem submetidos a exame ou que chegarem a seu conhecimento;
- IX. Participar das reuniões convocadas pelo Conselho Central e/ou pelo Departamento de Normalização e Orientação do Conselho Metropolitano de São Carlos, prestando contas de suas atividades e cumprindo as determinações que lhe são conferidas; e
- X. Nomear os membros da Diretoria, mediante convocação de reunião extraordinária da Diretoria e posterior comunicação escrita ao Conselho Central ao qual está vinculado.

REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

12

REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS - MATÃO - SP

**Artigo 23. São atribuições do Vice-Presidente:**

- I. Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II. Assumir o mandato, em caso de vacância, e convocar as eleições no prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do Artigo 30; e
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

**Parágrafo único:** Havendo mais de um Vice-Presidente são suas atribuições, observada a respectiva ordem de precedência, cooperar com o Presidente, dirigir comissões específicas e substituir o Presidente e o Primeiro Vice-Presidente nas suas ausências e impedimentos.

**Artigo 24. São atribuições do Primeiro Secretário:**

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

- I. Secretariar as reuniões da Diretoria e as Assembléias Gerais elaborando as respectivas atas;
- II. Ler a ata da reunião anterior, fazendo as observações necessárias, que deverão constar na ata seguinte, e divulgar todas as notícias das atividades;
- III. Verificar e atualizar o cadastro dos internos;
- IV. Atender à correspondência, dando ciência das recebidas e enviadas e conservar em ordem todo o expediente da Secretaria;
- V. Elaborar os Relatórios das Atividades Anuais em conjunto com os demais membros da diretoria;
- VI. Preparar e manter em dia os fichários dos Associados e contribuintes;
- VII. Organizar e controlar os serviços de arquivo e fichário da Secretaria, inclusive o arquivo patrimonial;
- VIII. Executar outros serviços solicitados pelo Presidente; e
- IX. Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta dos Vice-Presidentes, nos termos do Artigo 30.

**Artigo 25. São atribuições do Segundo Secretário, se houver:**

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

112

- I. Substituir o Primeiro Secretário em suas ausências ou impedimentos temporários e prestar a sua colaboração na organização dos serviços da secretaria; e
- II. Em caso de vacância, assumir o cargo de Primeiro Secretário, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Primeiro Secretário.

**Artigo 26. São atribuições do Primeiro Tesoureiro:**

- I. Arrecadar e anotar em livro de caixa as contribuições, rendas de qualquer tipo, auxílios e donativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração totalmente comprovada;
- II. Pagar as contas com o visto do Presidente;
- III. Emitir cheques e outros documentos de natureza econômico-financeira, sempre em conjunto com o Presidente;
- IV. Apresentar em todas as Reuniões da Diretoria o Relatório Financeiro do mês anterior, ou sempre que for solicitado pelos órgãos da Obra Unida, do Conselho Central ou do Conselho Metropolitano de São Carlos;
- V. Providenciar, em tempo hábil, recebimentos de juros, dividendos e outros rendimentos;
- VI. Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive o controle e conciliação de contas bancárias;
- VII. Apresentar ao Conselho Fiscal, sempre que solicitado, o balancete devidamente assinado por empresa de contabilidade ou profissional habilitado, juntamente com os livros contábeis e auxiliares, e documentação correlata;
- VIII. Providenciar no término do mandato da Diretoria: Certidões Negativas de Débitos (CND), com até 30 dias antes do término do mandato, quanto ao INSS, FGTS; certidões de imunidade ou isenção de tributos geridos pela Receita Federal, Estadual e/ou Municipal, e que sejam aplicáveis a Obra Unida, bem como alvará de licença de funcionamento da Secretaria da Saúde e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) atualizados, conforme cada caso;
- IX. Depositar em estabelecimento bancário, em nome da Obra Unida, todas as importâncias recebidas;
- X. Entregar o Mapa Financeiro Mensal, instituído pelo Conselho Nacional do Brasil, bem como recolher ao Conselho Central a contribuição da duocentésima e meia - 2,5% (dois e meio por cento) de sua arrecadação bruta, excluídas apenas as subvenções oficiais;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
*Jair Ponceano Nunes*  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO  
Certifico que a presente cópia reprográfica,  
extraída nos termos do § 1º do artigo 19  
da Lei nº 6015/73, do documento  
arquivado nesta serventia, confere com o  
original, do que dou fé.  
Matão-SP, 25 de Fevereiro de 2014.  
Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizada  
**FRANCISCO OSMAR PINOTTI**  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

- XI. Manter em caixa, se necessário e por conveniência, para as despesas de pequeno valor, a importância de até 1 (hum) salário mínimo, da qual prestará conta à Diretoria mensalmente;
- X. Assumir o mandato do Presidente, em caso de vacância e na falta simultânea dos Vice-Presidentes e Secretários, nos termos do Artigo 30; e
- XII. Executar outras tarefas do trabalho de Tesouraria ou solicitadas pelo Presidente.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS  
MATÃO - SP  
130 - SOXEDOS

**Artigo 27. São atribuições do Segundo Tesoureiro:**

- I. Substituir o Primeiro Tesoureiro em suas ausências ou impedimentos temporários;
- II. Assumir o mandato do Primeiro Tesoureiro em caso de vacância, podendo nele permanecer até o fim do mandato ou até que seja nomeado um novo; e
- III. Prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

**Artigo 28.** O Presidente e respectiva Diretoria firmarão, antes da posse, junto ao Conselho Central ao qual a Obra Unida está vinculada, e o Conselho Metropolitano de São Carlos "Termo de Compromisso", que prevê o respeito, cumprimento e a obrigação de se fazer cumprir o Regulamento da SSVF no Brasil e o presente Estatuto Social, especialmente no tocante ao resguardo dos seus bens, ao atendimento zeloso da parte administrativa e ao recolhimento obrigatório da contribuição financeira regulamentar estabelecida no Inciso X do Artigo 26 e Artigo 43.

**Parágrafo único:** Os cargos de Diretoria devem ser considerados uma responsabilidade, não honraria.

**CAPITULO IV - DAS ELEIÇÕES.**

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

**Artigo 29.** O Presidente e os membros do Conselho Fiscal serão eleitos em escrutínio secreto, pelos votos da maioria simples dos Associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previsto no Artigo 14 - Inciso I, observando-se:

- I. Inscrição mínima de 2 (dois) candidatos a Presidente;
- II. Os nomes dos candidatos deverão ser apresentados ao Conselho Central, para apreciação prévia e aprovação;
- III. Os candidatos ao cargo de Presidente deverão ser confrades ou consócios com atividade vicentina ativa e ininterrupta de no mínimo de 2 (dois) anos, em uma Conferência, e não ter atingido os 70 (setenta) anos de idade;
- IV. O voto é pessoal e unitário, ainda que o eleitor exerça mais de uma função diretiva nos órgãos de administração da SSVF no Brasil;
- V. Cada eleitor terá direito de votar nos candidatos de sua preferência, sendo admitido o voto por correspondência, desde que não possa ser identificado e chegue às mãos da Comissão de Apuração antes do encerramento da votação;
- VI. No prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento dos mandatos os candidatos aos cargos de Presidente e do Conselho Fiscal devem fazer os registros das candidaturas na Secretaria da Obra Unida, apresentando "currículos de vida" individuais;
- VII. A convocação das eleições será feita por edital, afixado na sede da Obra Unida, contendo data, horário e local e pauta, e/ou enviado por outros meios convenientes a todos Associados que a compõem, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data das eleições;
- VIII. As eleições deverão ocorrer no mínimo 90 (noventa) dias antes do término dos mandatos e a realização e apuração deverão ocorrer no mesmo dia;
- IX. As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes; e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício do Conselho Central ao qual está vinculado, para homologação;
- X. Em caso de empate será eleito Presidente quem tiver mais tempo de atividade vicentina ininterrupta na SSVF no Brasil como Associado em uma de suas Conferências; e persistindo o empate, será eleito o mais idoso;
- XI. No período de 30 (trinta) dias que antecedem às eleições, os Associados são convidados a recitar a oração própria ao Divino Espírito Santo por aqueles que tenham direito a voto e pelos que concorrem aos cargos;
- XII. A apuração ficará sob a responsabilidade de comissão composta de pelo menos 3 (três) Associados, nomeados pelo Presidente da Diretoria;
- XIII. As eleições e a apuração deverão constar de ata, assim como os nomes dos votantes; e cópia dessa ata deverá ser enviada pelo Presidente em exercício ao Conselho Metropolitano, para homologação;
- XIV. Não havendo manifestação no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da comunicação, ter-se-á como tácita a homologação;
- XV. O Conselho Central também pode recusar, fundamentadamente, a homologação das eleições, determinando a realização de novas, no prazo de 90 (noventa) dias, nos mesmos termos deste Estatuto Social;

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV 2016

Francisco Osmar Pinotti  
Escrivente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

- XVI. Após comunicação por escrito do ato que anulou as eleições, haverá necessidade de novas inscrições de candidatos, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da nova eleição;
- XVII. A Diretoria e o Conselho Fiscal tomarão posse em Reunião Ordinária ou Extraordinária por ato do Presidente do Conselho Central ou de seu Representante;
- XVIII. As posses da nova Diretoria e do Conselho Fiscal poderão ser feitas em solenidade própria, mas somente entrarão em exercício no primeiro dia imediatamente posterior ao término dos mandatos anteriores, salvo nos casos de interrupção por qualquer motivo; e
- XIX. Os empregados, embora possam ser vicentinos proclamados, não podem ser eleitos nem nomeados para cargos da diretoria e do Conselho Fiscal.

**Artigo 30.** Em caso de vacância da presidência por qualquer motivo haverá a interrupção dos mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

§ 1º. Ocorrido esse fato o Vice-Presidente ou demais substitutos legais, assume o exercício da presidência e providencia a eleição para um novo mandato, no prazo de 90 (noventa) dias.

§ 2º. Consultado o Conselho Metropolitano de São Carlos e, a juízo do mesmo, esse prazo poderá ser prorrogado em até 180 (cento e oitenta) dias no interesse da SSVF.

**Artigo 31.** O Presidente deverá ser afastado pelo Conselho Central ao qual está vinculado, quando houver ausência prolongada, por período superior a 90 (noventa) dias.

**Parágrafo único:** Os demais membros da diretoria que forem afastados por ausência prolongada, ou por renúncia, não poderão ser eleitos nem designados para a Diretoria do mandato subsequente.

**CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL.**

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

**Artigo 32.** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros titulares e 3 (três) suplentes, eleitos em sessão secreta, pela maioria simples dos Associados integrantes da Assembléia Geral, conforme previsto no Artigo 14 – Inciso I, observando-se:

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria, observado o Artigo 30 deste Estatuto Social.

§ 2º. Em caso de vacância, um suplente assumirá o cargo até o término do mandato.

§ 3º. Estão impedidos de participar do Conselho Fiscal os Associados integrantes da Assembléia Geral, empregados e parentes de até o 3º grau ou cônjuges de membros da diretoria.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

**Artigo 33.** Compete ao Conselho Fiscal:

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

- I. Examinar a qualquer tempo os livros de escrituração, exigir a apresentação dos documentos que julgar necessário, e que digam respeito à administração econômico-financeira;
- II. Analisar os livros de escrituração, balancetes, Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período, verificar o patrimônio social e toda documentação do exercício, opinando sobre o desempenho financeiro e contábil e operações patrimoniais realizadas, para fins de apreciação; e
- III. Notificar a Diretoria a respeito de falhas e irregularidades que porventura constatar.

§ 1º. O parecer de que trata o Inciso II se dará em 20 (trinta) dias, por escrito, para apreciação da Assembléia Geral.

§ 2º. Reunir-se-á, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, durante as primeiras quinzenas de março e setembro, em dia, local e hora previamente estabelecidos; e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do Presidente ou por 2/3 dos membros da diretoria da Obra Unida.

§ 3º. As faltas injustificadas de qualquer membro do Conselho Fiscal a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas serão consideradas como abandono de cargo.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV 2014 de

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado  
FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO



SEDESCAP2021017181DM

§ 4º: As reuniões extraordinárias de que dependam da apresentação de documentos pela Diretoria da Obra Unida devem ser comunicadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

#### CAPÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DAS FONTES DE RECURSOS.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

Artigo 34. O Patrimônio da Obra Unida é constituído por todos os bens de qualquer natureza, que possua ou venha possuir.

Artigo 35. São fontes de recursos:

- I. Donativos, contribuições, auxílios, subvenções, convênios, doações e legados patrimoniais de pessoas físicas e/ou jurídicas;
- II. Rendas de bens patrimoniais;
- III. Promoções e eventos;
- IV. Rendimentos de aplicações financeiras;
- V. Subvenções dos poderes públicos Municipal, Estadual e Federal;
- VI. Receitas provenientes de prestação de serviços;
- VII. Doações de Conselhos, Conferências e/ou outras Obras Unidas da SSVp no Brasil e exterior;
- VIII. Aluguéis;
- IX. Coletas realizadas em reuniões e/ou outras atividades; e
- X. Outras, especialmente atividades desenvolvidas com intenção especial de arrecadar recursos financeiros.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

Artigo 36. A Obra Unida declara e se compromete, sob as penas da lei:

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

- I. Aplicar suas receitas, rendas, rendimentos e o eventual resultado operacional integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- II. Não perceberem os membros da diretoria, conselheiros, Associados, Instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- III. Destinar, em caso de dissolução ou extinção, o eventual patrimônio remanescente ao Conselho Central de Araraquara.
- IV. Prestar serviços gratuitos, na medida do possível, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela e nos limites de suas possibilidades de recursos humanos, materiais e financeiros; e
- V. Aplicar os recursos advindos dos poderes públicos em conformidade ao estabelecido nos convênios e legislação aplicável.

Parágrafo único: A dissolução ou extinção da Obra Unida somente se efetivará se se tornar impossível a continuidade de suas atividades, se decidida pela Diretoria, com aprovação da Assembléia Geral especialmente convocada e anuência do Conselho Metropolitano de São Carlos, após a respectiva liquidação nos termos do Artigo 51 do Código Civil Brasileiro, com o remanescente patrimonial destinado conforme previsto no Inciso III.

Artigo 37. Todos os bens patrimoniais da Obra Unida estão exclusivamente a serviço de seus objetivos sociais e da Sociedade de São Vicente de Paulo, sua Diretoria responde e se obriga pela sua guarda, conservação, administração e pela correta aplicação de seus recursos.

Artigo 38. Não se reconhece a validade de toda e qualquer alienação, aquisição a que título for, permuta, comodato ou constituição de quaisquer ônus sobre bens imóveis da Obra Unida realizada sem a prévia ciência do Conselho Central e a expressa autorização do Conselho Metropolitano de São Carlos, nos termos do Artigo 42 do Regulamento da SSVp no Brasil.

§ 1º. Na transcrição do registro imobiliário deverá constar o impedimento de alienação sem autorização prévia do Conselho Metropolitano de São Carlos, nos termos do "caput".

§ 2º. O não atendimento ao disposto neste Artigo implica em violação ao Artigo 1.268 e seus Parágrafos 1º e 2º do Código Civil Brasileiro, sem prejuízo das sanções penais previstas no Código Penal Brasileiro.

§ 3º. Os bens móveis e imóveis deverão ser identificados e cadastrados em livro próprio, que deve ser mantido rigorosamente atualizado.

§ 4º. Os veículos e os bens imóveis, especialmente, deverão ser identificados pelo logotipo oficial da SSVp, podendo este ser adaptado com o nome da Unidade Vicentina proprietária.

#### CAPÍTULO VII - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV 2014.

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizada  
FRANCISCO OSNAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

Artigo 39. A prestação de contas observará, no mínimo:

- I. Os princípios fundamentais e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao Relatório de Atividades e demonstrações financeiras, incluindo as Certidões Negativas de Débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. A realização de auditoria independente, nos casos previstos na legislação; e
- IV. De todos os recursos, bens ou valores que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.157

Artigo 40. Para efeito de encerramento do Balanço Patrimonial Anual e o Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Período observar-se-á o ano civil e a escrituração de todos os atos e fatos contábeis devendo ser feita em livros revestidos de formalidades legais, ser publicados nos prazos previstos, de acordo com as exigências legais. 16

Parágrafo único: Quando o término do mandato da Diretoria não coincidir com o do ano civil deverá ser providenciado balanço extraordinário, cumprindo-se o estabelecido para os balanços ordinários, especificamente quanto aos prazos e demais obrigações previstas neste Estatuto Social.

Artigo 41. Os membros da diretoria não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações assumidas, salvo aquelas provenientes de ação, omissão voluntária, negligência ou imprudência, que importarem violação de direito legalmente estabelecido ou disposição prevista neste Estatuto Social e causarem prejuízo a própria Obra Unida ou a terceiros, hipóteses em que os responsáveis ficarão obrigados a reparar os danos com as implicações civis e criminais de seus atos.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.187.

#### CAPÍTULO VIII – DO VOLUNTARIADO.

Artigo 42. A Obra Unida poderá organizar o trabalho voluntário de não-associados à SSVp no Brasil, para o atendimento de suas finalidades institucionais.

§ 1º: O trabalho voluntário será disciplinado no Regimento Interno, devendo o Contratado firmar o competente "Contrato de Trabalho Voluntário" e/ou "Termo de Voluntário", na forma da lei.

§ 2º: Os voluntários não-associados à SSVp no Brasil serão inscritos em livro e/ou listas competentes.

OFICIAL REG. DE PESS. JUR. MATÃO  
DOC. MICROFILMADO  
ROLO 5.220.

§ 3º: A organização desse trabalho dependerá de orientações do Conselho Metropolitano de São Carlos. 116

#### CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Artigo 43. A Obra Unida está sujeito à contribuição mensal da duocentésima e meia (2,5%) ao Conselho Central ao qual está vinculado, calculada sobre sua receita bruta, nos termos dos Artigos 47 e 49 do Regulamento da SSVp no Brasil.

Artigo 44. A Obra Unida poderá firmar convênios com entidades assistenciais, públicas ou privadas, tudo no interesse de sua manutenção e desenvolvimento de suas atividades estatutárias.

Parágrafo único: Em se tratando de firmar Convênios e Contratos de qualquer natureza com órgãos públicos, empresas privadas ou pessoas físicas, a serem elaborados nos termos da legislação em vigor, é necessária a autorização prévia do Conselho Metropolitano de São Carlos, após parecer do Departamento Normalização e Orientação (DENOR).

Artigo 45. A Obra Unida não é mantida pelo Conselho Central de Araraquara, nem pelo Conselho Metropolitano de São Carlos e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil, tendo todos personalidades jurídicas e Diretorias próprias, recursos distintos e escritas contábeis independentes. B

Artigo 46. Desde que não contrarie a finalidade principal da Obra Unida e o Regulamento da SSVp no Brasil, esse Estatuto Social poderá ser reformado total ou parcialmente, em qualquer época ou momento, mediante homologação do Conselho Metropolitano de São Carlos, antes de seu registro em cartório.

Parágrafo único: A proposta, devidamente fundamentada, somente poderá ser feita por sua Diretoria, pelo Conselho Central, pelo Conselho Metropolitano de São Carlos e/ou pelo Conselho Nacional do Brasil, nos termos do § 3º do Artigo 17 deste Estatuto Social. P. 1. 4

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL  
DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS  
E ANEXOS DE MATÃO - SP.  
CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP 25 de FEV 2016 de

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

FRANCISCO OSMAR PINOTTI  
Escrevente Autorizado



SEDESCAP2021017181DM

Artigo 47. O Conselho Nacional do Brasil da SSV, como órgão normativo da atividade vicentina em todo território brasileiro, pode intervir nas Unidades Vicentinas descritas no Artigo 6º, § 2º, a qualquer tempo.

§ 1º. A Obra Unida, no desenvolvimento de suas atividades, submeter-se-á à orientação e fiscalização do Conselho Metropolitano de São Carlos, através de seu DENOR - Departamento de Normalização e Orientação.

§ 2º. Se não houver instalado o DENOR do Conselho Metropolitano de São Carlos ou não estiver em funcionamento regular, suas funções poderão ser suscitadas pelo DENOR do Conselho Nacional do Brasil, no interesse da SSV.

Artigo 48. Não se poderá admitir empregados com parentesco de até o 3º grau ou cônjuges de membros da diretoria.

Artigo 49. Os casos omissos neste Estatuto Social e no Regimento Interno, bem como sua interpretação, serão resolvidos pela Diretoria e referendados, se necessário, pela Assembléia Geral e pelo Conselho Metropolitano de São Carlos.

Artigo 50. O presente Estatuto Social revoga os anteriores ou quaisquer outras disposições contrárias e entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Matão - Estado de São Paulo.

Matão - SP, 31 de Outubro de 2011

*Antonio Valentim Fornarolli*  
Antonio Valentim Fornarolli  
R.G. 6.680.153  
Presidente

*José Luiz Schmidt Paolo*  
José Luiz Schmidt Paolo  
R.G. 12.716.059  
Secretário

*Wilson Aparecido Soleder*  
Wilson Aparecido Soleder  
R.G. 8.670.033  
Tesoureiro

*Giovani Nave da Fonseca*  
Advogado  
Conselho Metropolitano de São Carlos  
Giovani Nave da Fonseca  
ADVOGADO  
OAB/SP 239.440

2º TABELIAO DE NOTAS E DE PROTESTO SAO CARLOS - SP  
Rua Marechal Daudon 218 Centro - São Carlos - SP Fone: (16) 2107-4000  
Válido somente com selo de autenticidade - Reconheço por SEMELHANÇA, sem valor econômico, a(s) firma(s) de: [J:ZSP1p0]-LUIZ ALBERTO BOTEGA [J:ZSONV0]-GIOVANI NAVE DA FONSECA  
São Carlos, 30/11/2011. - 09:48:13 - (Valor p/ Firma R\$ 8,50)  
Em test. de verdade. RENAN AUGUSTO LAURENTINO BARBOSA - ESCRIVENTE  
Bor. Rubens Fabricio Barbosa - Tabelião

Homologado pelo Conselho Metropolitano de São Carlos em: 26.11.11

*Luiz Alberto Botega*  
Luiz Alberto Botega  
Presidente  
CMSC - SSV

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DE MATÃO - SP  
Rua José Bonifácio, 1097 - Centro - Matão - SP  
Alberto Scarpa Varanda - Oficial  
Reconheço por semelhança a firma de Antonio Valentim Fornarolli, José Luiz Schmidt Paolo, Wilson Aparecido Soleder, em documento sem valor econômico, e dou fé.  
Matão, 14 de Novembro de 2011.  
Em testemunho da verdade.  
Maria Teresa Campos - Intervente Autorizada  
Total: 10,50 # VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS  
Jair Ponceano Nunes  
OFICIAL  
MATÃO - EST. SÃO PAULO

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE MATÃO - SP. CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP, 25 de FEV 2012  
Francisco Osmar Pinotti  
Oficial/Oficial Substituto/Escrivente Autorizado  
Francisco Osmar Pinotti  
Escrivente Autorizado



OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

Oficial: Jair Ponceano Nunes

Este titulo foi prenotado em 16/Dezembro/2.011, sob numero 18.582, no Livro Protocolo nº 14, as f.092 de Registro de Pessoa Juridica, e foi **DEVOLVIDO** ao apresentante para satisfação das exigências enunciadas na nota do mesmo número.

Matão-SP 20/Dezembro/2.011 *Adriana Cristina Magdalena Pedro*  
Escrevente Autorizada



OFICIAL DE REGISTRO DE PESSOA JURIDICA

Oficial: Jair Ponceano Nunes

Este titulo foi prenotado em 27/janeiro/2.012, sob numero 18.609, no Livro Protocolo nº 14, as f.121 de Registro de Pessoa Juridica, e foi **DEVOLVIDO** ao apresentante para satisfação das exigências enunciadas na nota do mesmo número.

Matão-SP 01/Fevereiro/2.012. *Adriana Cristina Magdalena Pedro*  
Escrevente Autorizada

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS

Apresentado para averbacao, microfilmado sob n de ordem 18.642. Averbado no Livro N.14, destinado ao REG.CIVIL.PESS JURID. sob n: AV.05-8 ; AV. 5-351 ; AV. 4-7. 352. Matao-(SP), 21/03/2012

Atos praticados discriminados em Recioo n 18.642 e tudo conforme dispoe a Lei n 11.331 de 26/12/2002 - ALTERAÇÃO DE ESTATUTO SOCIAL

OFICIAL	ESTADO	IPESP	SINOREG	JUSTICA	DIL/ECT	TOTAL
61,59	17,52	12,97	3,24	3,24	0,00	98,56

*Elcio Ricardo Alves*  
Escrevente Autorizado

OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS DE MATÃO - SP. CERTIDÃO

Certifico que a presente cópia reprográfica, extraída nos termos do § 1º do artigo 19 da Lei nº 6015/73, do documento arquivado nesta serventia, confere com o original, do que dou fé.

Matão-SP 25 FEV 2014 de

Oficial/Oficial Substituto/Escrevente Autorizado

*FRANCISCO OSMAR PINOTTI*  
Escrevente Autorizado

